

## A RESISTÊNCIA DOS POTIGUARA DA PARAÍBA NO PERÍODO COLONIAL

### LA RESISTENCIA DE LOS POTIGUARA DE LAE PARAÍBA EN EL PERIODO COLONIAL

Antonio Alberto Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Artigo objetiva fortalecer a memória do povo Potiguara da Paraíba, indígenas da nação tupi, que habitavam o litoral nordestino abrangendo desde Pernambuco até o Maranhão, sendo conhecidos como "senhores do litoral", "comedores de camarão", habitantes de Acajutibiró, a terra do caju azedo. Os Potiguara mantiveram boas relações comerciais com os franceses, com quem trocaram produtos como pau-brasil e algodão e com eles se aliaram para enfrentar intensos conflitos contra os portugueses. Mesmo após a conquista da Paraíba pelos portugueses, em 1585, os Potiguara continuaram a resistir até serem submetidos pela guerra e política de aldeamentos, que os integraram ao projeto colonizador por meio do trabalho forçado e da catequese. Em 20 de junho de 1625, uma esquadra holandesa aportou na Baía da Traição, onde os indígenas Potiguara, buscando recuperar sua liberdade, formaram uma aliança com esses novos invasores. Essa colaboração, no entanto, resultou na divisão do povo Potiguara; parte da nação Potiguara se aliou aos portugueses, sob o comando de Felipe Camarão e outra parte, liderada por Pedro Poti, se aliou aos holandeses. Apesar das vitórias iniciais, a guerra se estendeu até 1654. Após a derrota dos holandeses, muitos indígenas foram massacrados, tendo que fugir para o Ceará, temendo a retaliação portuguesa. Pedro Poti foi preso, ficando encarcerado durante seis meses, sofrendo torturas, morreu em 1552, acorrentado no porão do navio que o levava para Lisboa. O líder Potiguara tornou-se símbolo da resistência, de um povo guerreiro que nunca se submeteu aos colonizadores portugueses. A pesquisa utiliza como marco teórico pensadores como Almeida (1986), Gonçalves (2005), Moonen (1988), Vasconcelos (2023). Atualmente, os Potiguara se tornaram numerosos, recuperaram parte de suas terras, vivendo em trinta e duas aldeias, com uma população aproximada de vinte e dois mil indígenas desenvolvendo um processo de revitalização de sua cultura, sua cosmovisão, sua língua fortalecidos por uma educação escolar indígena diferenciada.

**Palavras-chave:** Período colonial. Nação Potiguara. História da Paraíba. Acajutibiró. Pedro Poti.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo fortalecer la memoria del pueblo Potiguara del estado de Paraíba, indígenas de la nación Tupí, que habitaban el litoral nordestino abarcando desde el estado de Pernambuco hasta el estado de Maranhão, siendo conocidos como "señores del litoral", "comedores de camarón", habitantes de Acajutibiró, la tierra del cajú ácido. Los Potiguara mantuvieron buenas relaciones comerciales con los franceses, con quienes intercambiaron productos como el palo Brasil y el algodón, y se aliaron con ellos para enfrentar intensos conflictos con los portugueses. Incluso después de la conquista de la Paraíba por los portugueses, en 1585, los Potiguara continuaron resistiendo hasta ser sometidos por la guerra y la política de "aldeamentos", que los integraron al proyecto colonizador por medio del trabajo forzado y la catequesis. El 20 de junio de 1625, una escuadra holandesa atracó en Baía da Traição, donde los indígenas Potiguara; parte de la nación Potiguara se alió a los portugueses, bajo el comando de

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCA/E/Campus IV/UFPB). Mamanguape Paraíba. Brasil. Email: [toninhoap@hotmail.com](mailto:toninhoap@hotmail.com)

Felipe Camarão y otra parte, liderada por Pedro Poti, se alió a los holandeses. A pesar de las victorias iniciales, la guerra se extendió hasta 1654. Después de la derrota de los holandeses, muchos indígenas fueron masacrados, teniendo que huir para el estado de Ceará, temiendo la represalia portuguesa. Pedro Poti fue preso, quedando encarcelado durante seis meses, sufriendo torturas, murió en 1552, encadenado en la bodega del barco que lo llevaba para Lisboa. El líder Potiguara se tornó símbolo de la resistencia, de un pueblo guerrero que nunca se sometió a los colonizadores portugueses. La pesquisa utiliza como marco teórico pensadores como Almeida (1986), Gonçalves (2005), Moonen (1988), Vasconcelos (2023). Actualmente, los Potiguara se tornaron numerosos, recuperaron parte de sus tierras, viviendo en treinta y dos aldeas, con una población aproximada de ventidos mil indígenas desarrollando un proceso de revitalización de su cultura, su cosmovisión, su lengua, fortalecidos por una educación escolar indígena diferenciada.

**Palabras claves:** Período colonial. Nación Potiguara. Historia de la Paraíba. Acajutibiró. Pedro Poti.

## 1 INTRODUÇÃO

“Muito antes da coroa chegar aqui, a gente já tinha o nosso cocar”.  
(Indígena não identificada)

Quando os portugueses invadiram a costa brasileira, os Potiguara já habitavam o litoral nordestino, desde Pernambuco, estendendo-se pela Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, chegando até o Maranhão. Eram chamados “senhores do litoral”. Na Paraíba, entre a Baía de “Acejutibiró” (assim era chamada a atual Baía da Traição), e a Serra da Copaoba, atual Serra da Raiz, se concentravam centenas de aldeias Potiguara. “As aldeias mais avançadas ao sul de Copaoba, chegavam às nascentes do Araçagi e do Pirpirituba, braços do Mamanguape” (cf. Almeida, 1966, vol. I, p. 247).

De acordo com Almeida (1966), foi a Baía da Traição a primeira paragem do Brasil onde ancoraram os portugueses, embora haja historiadores que assinalam ter sido no Rio Grande do Norte<sup>2</sup>

A Baía de Acejutibiró teve o nome mudado para Baía da Traição, porque “ali os portugueses perderam três marinheiros, devorados pelos índios”. Em 1587, Gabriel Soares, no Tratado Descritivo do Brasil, justifica o nome de Baía da Traição com a explicação de que os índios tinham trucidado alguns cristãos: “o gentio matou uns poucos de castelhanos e portugueses que nestas costas se perderam”. Em 1534, a Baía da Traição já era mencionada com este nome por Dom João III, como limite norte da Capitania de Itamaracá, mais antiga que a de Pernambuco, que foi criada em 1º de setembro de 1534. Compreendia um lote com trinta léguas

---

<sup>2</sup> Batista Regueira na Revista do Instituto Arqueológico de Pernambuco, v. VI. Outros escritores assinalam que foi o Rio Grande do Norte que primeiro ancorou a primeira expedição exploradora vinda ao Brasil.

de costa e estendia-se da Baía da Traição (Paraíba) a Igarassu, incluindo a ilha de Itamaracá” (Almeida, 1966, vol. I, p. 24).

Quem mudou o nome de Acejutibiró para Baía da Traição, nome que permanece até hoje, não foram os nativos que habitavam e habitam este território, mas se deu a partir da ótica dos invasores. A traição não veio de dentro, a traição veio de fora. O marinheiro inglês Anthony Knivet, que participou da luta contra os Potiguara no Rio Grande do Norte, assim os descreve:

Se vêm até eles como comerciantes, eles comerciam, se vêm como guerreiros, eles lutam com muita bravura. Quando esses índios vão para uma batalha, as esposas carregam todas as provisões em cestas nas costas. Esses canibais andam completamente nus e vivem nas regiões do Norte do Brasil, da Bahia ao Rio Grande (Knivet, 2008, p. 74 apud Vasconcelos 2023, p. 48).

O Cronista Pedro de Magalhães Gandavo, em Tratado da Terra do Brasil, de 1576, destaca a valentia e ligeireza dos Potiguara, um povo guerreiro que resistiu por mais de 100 anos ao colonialismo português.

Não andam todos juntos, derramam-se por muitas partes, e quando se querem ajuntar assobiam como pássaros ou como bugios, de maneira que uns e outros se entendem e se conhecem. São mui inclinados a pelejar, e mui valentes e esforçados contra seus adversários... E enquanto dura uma peleja nunca estão com os corpos quedos meneando-se duma parte para outra com muita ligeireza para que não possam apontar nem fazer tiro em pessoa certa (Gandavo, 1576, p. 66 apud Vasconcelos 2023, p. 49).

Acejutibiró recebeu este nome por ser a terra onde abundava o caju azedo. Dele os Potiguara faziam o cauim, uma bebida alcoólica muito apreciada.

Viviam em grandes ranchos sem divisão interna, cobertos de palha e cercados por uma paliçada de pau a pique, espécie de fortim de madeira. Durante as festas, que duravam vários dias, eles bebiam o cauim (bebida fermentada) que poderia ser feito de mandioca, milho, abacaxi ou caju, acrescentavam mel silvestre e comiam caranguejos com farinha de mandioca e tanajuras torradas. Durante os festins, utilizavam vários instrumentos musicais como tambores, apitos feitos de ossos ou madeira e maracás (Fernandes, 2016, p. 54).

No livro Tratado Descritivo do Brasil, escrito em 1587, o cronista Gabriel Soares de Sousa destaca a valentia destes “senhores do litoral”, assim chamados, que falam a mesma língua dos Tupinambá e Cayté:

Este gentio é muito belicosos, guerreiro e atraído, e amigo dos francezes, a quem faz sempre boa companhia, e industriado d’elles inimigo dos portugueses. São grandes lavradores dos seus mantimentos, de que estão sempre mui providos, e são caçadores bons e taes flecheiros, que não erram flechadas que atirem. São grandes pescadores de linha,

assim no mar como nos rios de água doce (Souza, 1879, p. 19 apud Vasconcelos 2023, p.50).

## **2 ALIANÇA DOS POTIGUARA COM OS FRANCESES NA LUTA CONTRA OS PORTUGUESES**

Era a Paraíba, território do povo Potiguara, o lugar onde abundava a melhor mercadoria dos primeiros tempos, a “madeira de tinturaria”. Segundo o cronista do Sumário das Armadas, “o pau de tinta desta Capitania é o mais e o melhor que se sabe”. Todos os anos, dezenas de naus francesas ancoravam na foz do Paraíba e na Baía da Traição. Trocavam ferramentas, utensílios, armas pela madeira do pau brasil, algodão, óleos vegetais e muitos bichos da terra. Os franceses, oriundos da Normandia, região do noroeste da França, colonizada pelos normandos, captaram a simpatia dos indígenas, logrando assim uma convivência mais intensa e amistosa com os Potiguara.

Eram homens de temperamento mais alegre, e o seu método de ação divergia fundamentalmente do empregado pelo colonizador português. Enquanto ele tomava a terra e escravizava o gentio pela necessidade que tinha de braços para a lavoura, o outro se limitava a explorar a inocência prestativa do seu aliado, ensinando-lhe, em recompensa, melhor tática na arte de guerra, o que era de suma importância para o aborígine. O português, para obter a posse da terra, usava quase sempre de processos violentos, ao passo que o francês se introduzia no meio dos nativos, cuja língua dominava, demonstrando que apenas desejava a sua amizade em proveito das boas relações de comércio. (Almeida, 1966, vol. I, p. 42-43).

Os Potiguara encontraram nos franceses importantes aliados. Enquanto os portugueses buscavam tomar posse das terras e convertê-los em escravos, os franceses se limitavam a troca dos seus produtos manufaturados pelos pau-brasil e animais silvestres. Os Potiguara nunca viram os franceses como uma ameaça. Os indígenas extraíam a “madeira de tinturaria” de suas matas e, através dos rios, levavam-na até o porto. Trocavam madeira, macacos e papagaios por mercadorias relativamente baratas, mas de grande valia para eles, por meio do “escambo”, comose chamava a troca de mercadorias entre indígenas e europeus. Trocavam alimentos, principalmente farinha de mandioca e milho, e matérias primas como o pau-brasil, tabaco e algodão, por utensílios de ferro como machados e facas, úteis no corte da madeira, além de outros produtos manufaturados como espelhos, miçangas, tesouras e agulhas (Marchan, 1980, p. 57 apud Vasconcelos 2023, p.72).

Os franceses e os Potiguara constituíam, para os portugueses, o principal obstáculo ao processo de colonização de Pernambuco e Paraíba. Gabriel Soares de Sousa, no Tratado Descritivo do Brasil – 1587, assim relata o temor e a ameaça que pairavam sobre a capitania:

Este rio Parahyba é mui necessário fortificar-se, a uma por tirar esta ladroeira dos francezes, á outra por se povoar pois é a terra capaz para isso, onde se podem fazer muitos engenhos de assucar. E povoado este rio, como convém, ficam seguros os engenhos da capitania de Tamaraca e alguns de Pernambuco, que não lavram com temor dos Pitiguares, e outros se tornarão a reformar, que eles queimavam e destruíram (Sousa, 1879, p. 18 apud Vasconcelos 2023, p.79).

Foi o episódio conhecido como o “massacre de Tracunhaém”, acontecido em 1574, o gérmen da discórdia que provocou uma reação enérgica da colônia portuguesa. Segundo Frei Vicente do Salvador, um mestiço, filho de branco com índio, cujo nome não foi registrado, após ter vivido com os Potiguara na Serra da Copaoba, casa-se com a filha do chefe Potiguara Iniguassu e foge com ela para Olinda. A pedido do pai, o juiz Antônio Salema mandou que ela fosse devolvida. De volta, a moça, acompanhada de seus dois irmãos, pernitoou no engenho do português Diogo Dias, em Tracunhaém. Ao ver a moça, o senhor de engenho decidiu capturá-la e tomá-la para si. O chefe Iniguassú, incentivado pelos franceses, reuniu um grande exército, invadiu o engenho, cujas casas foram saqueadas e queimadas. Em torno de 600 pessoas foram mortas, inclusive mulheres, crianças e índios escravizados; os animais foram sacrificados, as casas e os canaviais foram queimados. Diogo Dias e sua família foram massacrados. Nas palavras do Frei Vicente de Salvador “onde não deixaram branco nem negro, grande nem pequeno, macho nem fêmea que não matassem e esquarterassem” (Salvador, 2010, p. 140).

Após o ataque a Tracunhaém, a guerra entre portugueses e Potiguaras foi acirrada. A coroa portuguesa havia percebido que, para a sobrevivência da capitania de Pernambuco, seria necessário dominar os Potiguara e expulsar os franceses. Soldados luso-brasileiros, fortemente armados, aliaram-se a outros grupos indígenas e incorporaram suas estratégias de combate. A partir daí travaram uma guerra violenta contra os Potiguara que resistiram bravamente:

No velho estilo dos urros, das pulhas e das flechadas certeiras, com investidas inesperadas, sempre em parceria com os franceses (...) Os potiguara, favorecidos da vitória que tiveram e estimulados pelos franceses que perderam queimados os seus navios, metiam-se tanto que vinham a braços com eles. Nessas investidas, muitos morreram. Mas outros bandos, cada vez mais numerosos, se aproximavam e, quando os expedicionários viram a superioridade do inimigo, resolveram retirar-se, consolando uns aos outros das perdas sofridas” (Almeida, 1966, vol. I, p. 62).

Os portugueses organizaram várias expedições na Paraíba, mas todas sem sucesso. Os Potiguara, conhecedores dos rios e das matas, usavam como estratégia a emboscada e, de súbito atacavam as expedições. Foi então que a Coroa enviou o ouvidor da capitania da Bahia, Martim Leitão, à capitania de Pernambuco, em 28 de março de 1584, com a incumbência de conquistar a capitania da Paraíba. Sua principal estratégia foi conseguir o apoio dos Tabajara e de seu chefe Piragibe, graças à mediação do jesuíta Jerônimo Machado, que falava a língua tupi. Com essa poderosa aliança, conseguem afastar os Potiguara para a região mais ao norte do Rio Paraíba e garantir certa estabilidade na região. Assim foi oficializada a conquista da Paraíba, em agosto de 1585, iniciando-se então o processo de edificação da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, terceira cidade fundada no Brasil (Vasconcelos 2023, p.92).

Mesmo recuados e acuados, os Potiguara mantinham suas estratégias de contínuos assaltos em roças e engenhos. O capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho, quarto governador da capitania da Paraíba, entre 1595 a 1599, foi implacável com os Potiguara. Promoveu várias incursões ao sertão de Copaoba com um poderoso exército formado por soldados e índios Tabajara. Homens, mulheres, velhos e crianças foram dizimados indiscriminadamente. Acuados, muitos fugiram para Rio Grande do Norte e Ceará. Enfim, prostrados pela guerra de aniquilamento promovida pelos portugueses, em 11 de junho de 1599, foi assinada, na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, a “paz” entre conquistadores portugueses e Potiguara. O acordo selou o início do processo sistemático de colonização. A guerra de extermínio contra os potiguaras havia terminado (Almeida vol I, 1978, p. 165).

### **3 ALDEAMENTOS, ENGENHOS E A MÃO DE OBRA INDÍGENA**

A partir de 1603, os invasores começaram a estruturar os aldeamentos. Chegou Frei Vicente do Salvador à Paraíba para exercer o papel de catequizador, os franciscanos passaram a atuar em três aldeamentos evangelizadores de Tabajara e Potiguara no litoral paraibano, assumindo o controle de dezesseis tabas indígenas que iam de Tejucupapo até a Baía da Traição. A ordem dos carmelitas atuava na região de Lucena, onde foi construído a igreja da Guia. Os beneditinos, a partir de 1612, dedicaram-se integralmente à catequese dos índios em Tambiá e Lucena. A política de aldeamento foi estratégica no processo de colonização. Cabia à autoridade real, no caso o capitão-mor da capitania, providenciar o deslocamento (denominado no período colonial de “descimento”) dos indígenas para áreas subordinadas aos colonizadores e religiosos. Sob o pretexto da

“guerra justa”, com a autorização da Coroa e as bênçãos da Igreja Católica, milhares de indígenas foram aprisionados e reduzidos à condição de escravos. Os religiosos, responsáveis pelos aldeamentos da Paraíba, eram favoráveis à “guerra justa” contra índios que não aceitassem a evangelização e se rebelassem contra a colonização portuguesa (Almeida, 2010, p. 71).

A mão de obra indígena era empregada em todas as áreas produtivas da capitania. Sem o trabalho indígena, o projeto de colonização portuguesa teria fracassado. Um documento do começo do século XVII, provavelmente datado de 1601, demonstra que a cidade de Filipéia tinha cerca de catorze a quinze engenhos em pleno funcionamento, com grandes roças para a produção de alimentos e cerca de catorze mil indígenas (Potiguara e Tabajara), aldeados sob a custódia dos frades menores da Ordem Franciscana (Medeiros, 1999, p. 29 apud Vasconcelos, 2023, p. 108).

No ano de 1618, a capitania da Paraíba já contava com vinte engenhos produzindo e exportando açúcar: “A Paraíba, por fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos, em que fazem, ocupa o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais capitanias deste Estado” (BRANDÃO, 2010, p. 66). Em consequência do seu desenvolvimento, a Paraíba continuava sendo objeto de cobiça de outras nações europeias, principalmente França e Holanda.

Em dezembro de 1623, zarpuu da Holanda uma poderosa esquadra composta por vinte e seis navios, 3.300 soldados, mercenários de todas as nacionalidades, principalmente franceses, ingleses e alemães, e 450 canhões, em direção à Bahia, onde se concentrava a maior quantidade de engenhos do Brasil. A Holanda havia se tornado, na primeira metade século XVII, a mais importante nação capitalista da Europa e possuía a principal frota de guerra entre todas as nações europeias (Vainfas, 2022, p. 229). O objetivo era ocupar o nordeste brasileiro, região costeira rica na produção de açúcar. Nesse mesmo período, as capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba rendiam mais para a Coroa portuguesa do que todo o comércio com a Índia (MELLO, 2014, p. 14). Após um ano de combate, os holandeses foram derrotados e expulsos da Bahia (Vainfas, 2008, p. 46 apud Vasconcelos 2023, p.139).

Em 20 de junho de 1625, acendeu-se outra vez nos indígenas Potiguara a chama da esperança de fazer nova aliança para combater seu inimigo mortal. Uma esquadra holandesa, constituída de trinta e quatro navios e 6.500 homens, aportou na Baía da

Traição. A frota, que veio ao Brasil com o objetivo de reforçar a invasão de Salvador, sabendo da derrota sofrida, redirecionou sua rota para as Antilhas, decidindo ancorar na Baía da Traição para reabastecer suas naus com água e alimentos e cuidar da tripulação acometida por uma doença desconhecida. Ao desembarcarem, os holandeses foram muito bem recebidos pelos Potiguara. Os índios os ajudaram na construção de choupanas, trataram dos doentes e levantaram uma trincheira para proteger o acampamento (ALMEIDA, 1966, vol. I, p. 169). Os Potiguara estabeleceram uma política de aliança com os holandeses como acontecera antes com seus ancestrais aliado aos franceses. Viram nesta aliança uma oportunidade de restabelecerem a ordem anterior à conquista, de recuperar a liberdade perdida.

Em pouco tempo, na colônia portuguesa, foi organizada uma expedição para atacar os holandeses. Soldados luso-brasileiros e índios aliados nas capitânicas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco foram mobilizados. Após alguns combates, os holandeses desistiram, parte da frota partiu em direção às Antilhas e parte seguiu para a Holanda, levando a bordo seis Potiguara, entre eles Antonio Paraopeba, Gaspar Paraopeba e Pedro Poti, primo de Filipe Camarão (Vainfas, 2022, p. 242). Os Potiguara, por terem colaborado com os holandeses, sofreram forte repressão. As aldeias da Baía da Traição e da Serra da Copaoba foram atacadas e massacradas, centenas de indígenas morreram e uma grande quantidade deles foi reduzida à escravidão. A ordem do governador geral Matias de Albuquerque era para que todos os índios Potiguara aprisionados fossem escravizados.

#### **4 PEDRO POTI E A ALIANÇA COM OS HOLANDESES NA LUTA CONTRA OS PORTUGUESES.**

Quatro anos depois, os holandeses regressaram novamente com uma esquadra composta por sessenta e sete navios de guerra, sete mil homens e 1.170 canhões chegando em Olinda, capital de Pernambuco, em fevereiro de 1630. Olinda foi completamente queimada e Recife ocupada. À época, a Paraíba era a segunda capitania em produção de açúcar da região norte, tendo dezoito engenhos de açúcar em pleno funcionamento e uma grande produção de alimentos de subsistência, que abastecia as tropas luso-brasileiras.

Foi neste contexto que, em 1631, Pedro Poty, após uma estadia de cinco anos na Holanda, onde aprendeu a língua dos holandeses, e ter-se convertido ao calvinismo, retornara à Paraíba, ocupando o cargo de Comandante do Regimento de Índios da Paraíba, passando a liderar os Potiguara na luta contra os portugueses. Pedro Poty nunca tinha

esquecido o massacre sofrido por seu povo em 1625. Seu regresso significava somar forças com seus parentes na “liturgia da guerra de vingança”. Outro potiguara, Antonio Paraopeba, também tornou-se comandante no Rio Grande do Norte, onde liderou a guerra em Uruaçu e Cunhaú contra portugueses e brasileiros em 1645 (Vainfas, 2022, p. 243).

A historiadora paraibana Regina Célia Gonçalves<sup>3</sup> em seu artigo Os Potiguara na Guerra dos Brancos, assim entende a nova aliança dos Potiguara com os holandeses:

O episódio da Baía da Traição, quando os Potiguara foram massacrados pelas tropas coloniais por terem se aliado aos holandeses, revela e releva o quanto a mortandade é um fato essencial para compreendermos a redefinição constante do enfrentamento entre os indígenas e a sociedade colonial (...) Apesar do longo processo de desestruturação de seu mundo, produzido pela força da espada, da foice e da cruz dos conquistadores brancos, a liturgia da guerra de vingança, elemento fundamental de sua cultura, não foi esquecida (Gonçalves, 2005).

Depois de duas incursões fracassadas, houve a derradeira e decisiva investida dos holandeses. Aconteceu no dia 25 de novembro de 1634. Uma poderosa esquadra holandesa zarpou do porto de Recife com destino à Paraíba, composta por vinte e nove navios, com 500 canhões e 2.354 soldados que, no dia 24 de dezembro de 1634, véspera de Natal, tomaram a capital da capitania. O apoio de Pedro Poti foi fundamental para a consolidação do domínio holandês na Paraíba. Por falar a língua tupi e conhecer as táticas de combate empregadas pelos indígenas e luso-brasileiros, Poti contribuiu para arregimentar muitos nativos e assim possibilitar o prolongamento da guerra. (Ibid., p. 151).

Por estarem mais tempo na capitania e contarem com o apoio da Igreja Católica, os luso-brasileiros conseguiram ter um arco de aliança mais amplo do que aquela que conseguiram os holandeses. Enquanto Pedro Poty comandava as forças indígenas Potiguara aliadas dos holandeses, seus primos Antonio Filipe Camarão e Diogo Pinheiros Camarão lideravam os Potiguara que apoiavam os portugueses. Educado pelos jesuítas, Felipe Camarão obteve destaque na carreira militar. Recebeu do rei Filipe IV, a patente de comandante-chefe de todos os índios Potiguara, de Pernambuco ao Ceará (Ibid., p.161).

---

<sup>3</sup> GONÇALVES, Regina Célia. Os Potiguara na guerra dos brancos (1630-1654). ANPUH – VVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005)

Uma guerra cruel entre holandeses e portugueses e os parentes Potiguara, divididos em lados opostos, prolongou-se até 1654. Foram centenas de perdas dos dois lados. Em 22 de outubro de 1645, Diogo Pinheiro Camarão, sobrinho de Felipe Camarão, que lutava ao lado dos luso-brasileiros, buscou coagir seu parente escrevendo-lhe, em língua tupi, esta carta:

Sois um bom parente. Sai desse lugar que é como o fogo do inferno. Não sabeis que sois cristão? Por que vos quereis perverter? (...) Se os Portugueses tem êxito na guerra é porque, sendo cristãos, o Senhor Deus não permite que fujam ou se percam, por isso desejamos muito que vos passeis para nós, e isso garantido pela palavra do grande capitão Antonio Philippe Camarão e de todos os capitães dos portugueses (Gonçalves 2005, p. 7).

Em 31 de outubro do mesmo ano, Pedro Poty responde aos primos, também na língua tupi, movido pela “liturgia da guerra de vingança, elemento fundamental de sua cultura” que nunca tinha sido esquecido, e mostra toda sua ira e indignação contra os portugueses que tomaram as terras Potiguara, mataram e escravizaram seu povo:

Em todo o país se encontram os nossos, escravizados pelos perversos portugueses, e muitos ainda o estariam, se não os tivesse libertado. Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na Baía da Traição, ainda estão bem frescos na memória (Gonçalves, p. 07).

A participação dos índios na guerra foi fundamental tanto para o exército holandês quanto para as forças luso-brasileiras. Os indígenas conheciam o terreno muito mais do que os europeus e empregavam táticas de combate de guerrilha que surpreendiam os holandeses, acostumados à estratégia de guerra que priorizava a concentração de grandes contingentes para o combate em campo aberto (Vasconcelos 2023, p.163).

Pedro Poty foi preso após a segunda batalha de Guararapes, em 19 de fevereiro de 1649. Ficou encarcerado durante seis meses na fortaleza de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho. Nesse período, sofreu maus tratos, sendo instigado a abandonar o protestantismo. Só comia pão e água e fazia suas necessidades na cela. Mesmo assim nunca cedeu. Morreu em 1652, acorrentado no porão do navio que o levava para Lisboa. (Hemming, 2007, p. 454).

Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo, em seu livro *A Fundação do Brasil: Testemunhos: 1500-1700*, registram os maus tratos sofridos por Pedro Poti na prisão:

Pedro Poti, regedor da infeliz nação, tendo caído prisioneiro dos portugueses a 19 de fevereiro de 1649, na segunda funesta Batalha de Guararapes, foi barbaramente tratado por aqueles algozes, excedendo [com]o que perpetraram a todas as crueldades por mais desumanas que

se possa imaginar: era constantemente açoitado, sofreu toda a espécie de tormentos, foi atirado, preso por cadeias de ferros nos pés e mãos, a uma enxovia (parte térrea ou subterrânea das prisões, úmida e escura, que, outrora, abrigava os presos por crimes graves ou de alta periculosidade) escura, recebendo por alimento unicamente pão e água, e realizando ali mesmo durante seis longos meses as suas necessidades naturais (...) A concessão que lhe davam algumas vezes de sair dali uma ou mais horas para gozar a luz do dia, [o que] longe de aliviá-lo antes lhe recrudescia os males (Ribeiro e Moreira, 1992, p. 447).

Grande parte do que se sabe sobre a história de Pedro Poti é através da “história dos vencedores” da segunda batalha dos Guararapes, na qual teve participação ativa ao lado de Antônio Paraopeba, capitão dos indígenas do Rio Grande do Norte. Pedro Poti foi “regedor dos índios da Paraíba”, um dos principais líderes indígenas aliados aos holandeses, sempre fiel à resistência contra os portugueses.

Com a rendição total dos holandeses, ocorrida em 26 de janeiro de 1654, os indígenas que haviam lutado ao seu lado entraram em desespero, temendo um massacre por parte dos portugueses, desencadeando uma fuga em massa para o Ceará.

Os índios que escaparam viajaram por terra desde Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte para se refugiar no Ceará. Disseram com toda a franqueza que o Brasil acabava de ser desgraçadamente perdido e entregue aos portugueses sem virtualmente resistência alguma (Hemming, 2007, p. 454).

Gonçalves (2005) nos coloca diante da necessidade de romper com a ideia preconceituosa de catalogar os povos originários da América como vítimas indefesas, submissas ou como massa de manobra dos invasores europeus:

O enfoque tradicional que difundiu o mito da submissão passiva dos nativos aos interesses coloniais, e, de outro, a leitura de uma certa história dos vencidos, que os encarava como vítimas indefesas da ação colonizadora (...) O desafio de romper com a concepção de considerar os povos indígenas como massa de manobra e sim como grupos que buscavam obter alguma vantagem diante do caos (...) Um caos sempre marcado pela violência e pela destruição, ao longo de toda a história da invasão europeia no continente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história dos Potiguara da Serra da Copaoba e da Baía de Acejutibiró foi marcada pela resistência, pela defesa de sua autonomia, de sua liberdade, de suas terras, de seus rios, uma luta permanente contra a instalação de canaviais, engenhos, fazendas, povoados. Mesmo quando tiveram que aceitar a paz imposta, resistiram, na medida do possível, a

incorporar-se aos aldeamentos, enquanto outros parentes Potiguara, como os primos de Pedro Poti, optaram, juntamente com os Tabajara, pela aliança com os portugueses.

Assim ocorreu com os povos originários de toda a América Latina: diante do “caos”, fizeram alianças ou resistiram até a morte. Gonçalves nos recorda Serge Gruzinski (2003), de seu livro *A Colonização do Imaginário*:

As mortes em massa tiveram um impacto considerável sobre as memórias, as sociedades e as culturas e produziram rachaduras e confusões por vezes irremediáveis (...). O choque entre os dois povos exigiu uma série de adaptações por parte dos índios que eram obrigados a rever suas concepções segundo critérios alheios (...) Na dinâmica colonialista, criava-se a sensação, entre os colonizados, de que realmente havia uma cultura superior a outra (...) Fazia-se pois, fundamental que o pensamento colonizador fosse introjetado pelos povos colonizados e, principalmente, que esse fosse aceito como verdadeiro.

O educador Paulo Freire (1987), pernambucano, define a invasão cultural como “a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo-lhes sua visão de mundo e impedindo a visão, a criatividade, a originalidade e a expansão de suas culturas”.

Apesar de todo tipo de invasão cultural imposto pela colonização, o povo Potiguara segue resistindo, se tornaram numerosos, recuperaram parte de suas terras, vivendo atualmente em trinta e duas aldeias, com uma população aproximada de vinte e dois mil indígenas desenvolvendo um processo de revitalização de sua cultura, sua cosmovisão, sua língua, fortalecidos por uma educação escolar indígena diferenciada.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1966.
2. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
3. GONÇALVES, Regina Célia. **Os potiguara e a guerra dos brancos**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.
4. GRUZINSKI, Serge. **A Colonização do Imaginário**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
5. MOONEN, Franz: **Etnohistória dos índios Potiguara**. João Pessoa: Procuradoria da República da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1988.
6. VASCONCELOS, Lúcio Flávio. **Paraíba Colonial: Guerras, resistência indígena e domínio imperial**. Cajazeira: Arribaça, 2023.
7. VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala!: Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários do atual continente americano**. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.